



Prezado Leitor,

Com muita satisfação, apresento-lhe o volume 18, número 3, do terceiro quadrimestre de 2015. Os oito artigos abrangem temas diversos e poderão ser apreciados nas próximas páginas.

Henrique César Melo Ribeiro (Uninove-SP) e Marianne Corrêa dos Santos (Faculdade Maurício de Nassau) são autores do artigo “Perfil e Evolução da Produção Científica do Tema Governança Corporativa nos periódicos Qualis/Capes Nacionais: Uma Análise Bibliométrica e de Redes Sociais”. O objetivo foi analisar o perfil e a evolução do tema governança corporativa nos periódicos nacionais Qualis Capes de conceito A1 a B2 no triênio 2010-2012, para o período de 1999 a 2013. Com uma amostra de 319 artigos, os autores observaram uma evolução do tema a partir de 2002. A Revista de Administração da USP foi a que mais publicou artigos sobre o tema. Os temas mais tratados foram: conselho de administração, estrutura de propriedade e evidenciação das informações.

“Sistemas ERPs: uma Análise dos Resultados Obtidos pelas Empresas no Pós-implantação”, de autoria de Leandro Rocha Furini, Marta Corrêa Dalbem e Josir Simeone Gomes, todos vinculados à Universidade do Grande Rio, reporta uma pesquisa qualitativa que busca identificar quais resultados operacionais, gerenciais, tecnológicos, estratégicos, organizacionais e financeiros são monitorados por empresas que implantaram ERPs e quais resultados têm sido observados no pós-implantação. Por meio de entrevistas, os autores observaram que as empresas reportaram melhorias na produtividade, na governança corporativa, na estabilidade da plataforma de TI e no relacionamento com o consumidor, porém não monitoraram os resultados financeiros da implantação. A pesquisa permite melhorar o quadro teórico de referência, sendo proposto um instrumento de monitoramento e avaliação do desempenho de ERPs mais completo e útil para a academia e para o mundo corporativo.

Paulo Roberto da Cunha (FURB), Larissa de Oliveira Lunelli (UDESC), Vanderlei dos Santos (UDESC), Dinorá Baldo de Faveri (UDESC) e Moacir Manoel Rodrigues Júnior (FURB) realizaram o estudo “Relação entre as Características do Comitê de Auditoria e o Atraso da Emissão do Relatório da Auditoria Independente (*Audit Delay*)”. Os resultados indicam que quanto maior o comitê de auditoria e maior o número de membros independentes e com conhecimento em finanças, contabilidade e auditoria, menor será o prazo de entrega do parecer de auditoria independente.

Em “Associação entre a Distribuição do Valor Adicionado e a Identidade do Acionista Majoritário”, os autores Patrícia Augusto Monteiro Lima (UFC), Alan Diógenes Góis (USP) e Márcia Martins Mendes De Luca (UFC) analisam, por meio da análise de correspondência, a associação entre a distribuição do valor adicionado e a identidade do acionista majoritário nas empresas listadas na BM&FBovespa. Observou-se que empresas com identidade do acionista majoritário do tipo estatal apresentaram maior valor adicionado para todos os destinatários

(empregados, governo, financiadores e proprietários); empresas com acionista majoritário identificado como institucional apresentaram distribuição baixa entre todos os destinatários; empresas com acionista majoritário do tipo familiar mantiveram distribuição média para os empregados, governo e financiadores; empresas com identidade do acionista majoritário identificado como estrangeiro apresentaram maior distribuição para financiadores e proprietários e distribuição baixa para governo e empregados. Assim, pôde-se concluir que a identidade do acionista majoritário está associada à distribuição do valor adicionado.

André Leonardo Pruner da Silva (FGV-EAESP), Giovana Bueno (UNIVALI), Jeferson Lan (FGV-EAESP), Carin Maribel Koetz (UNIVALI) e Rosilene Marcon (UNIVALI), no artigo “Uns Mais Iguais que Outros: A Relação Entre Concentração de Propriedade e os Acordos de Acionistas”, analisam o grau de concentração da estrutura de propriedade e a sua relação com a presença de acordo de acionistas. Para isso, foram testadas 551 empresas brasileiras listadas no período de 1999 a 2013, e os resultados apontam que empresas com a propriedade concentrada em um acionista controlador tendem a não ter acordos de acionistas, explicado pelo fato deste acionista já apresentar poder de voto suficiente para garantir seus interesses. No entanto, a propriedade concentrada em três maiores sócios influencia positivamente a presença dos acordos. A pesquisa, portanto, contribui teoricamente no sentido de auxiliar no entendimento da relação entre a estrutura de propriedade e a utilização desses contratos.

“Práticas de Governança Corporativa e Indicadores de *Performance* dos Clubes de Futebol: uma Análise das Relações Estruturais”, dos autores Amaury José Rezende e Flávia Zóboli Dalmácio, ambos da FEA/RP-USP, tem como objetivo analisar as relações entre o grau de aderência dos atributos de governança corporativa dos clubes de futebol brasileiros e os seus respectivos níveis de *performance*: esportiva e econômico-financeira. Foram pesquisados 27 clubes, que compõem as séries A, B e C do campeonato brasileiro, que representam 134 milhões de torcedores. Os resultados indicaram, que, mesmo diante dos baixos níveis de governança praticados pelos clubes brasileiros, existem relações significativas e positivas entre o constructo de governança mensurado com as variáveis *performance* esportiva e *performance* econômico-financeiro e a estrutura de governança dos clubes.

Natália Morato Camargos e Marina Figueiredo Moreira (UnB) investigam, em “Compras para a Inovação no Ministério da Saúde – no Discurso, Sim; na Licitação, Não”, a utilização de compras públicas para a indução de inovações em empresas fornecedoras. Para isso, realizaram estudo de caso no Ministério da Saúde com pesquisa descritiva, abordagem qualitativa e coleta de evidências por entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam para a inexistência de política formal de incentivo à contratação de inovações na organização, embora a premissa de uso das compras governamentais para esse fim faça parte do discurso dos servidores. Assim, os resultados evidenciam a necessidade de rever as definições que os órgãos públicos têm adotado para suas compras governamentais nos casos em que deliberadamente se busca o fomento à geração de inovações.

“Remuneração Dos Executivos Das Companhias Estatais E Privadas De Energia Elétrica Com Maiores Ativos Listadas Na BM&FBOVESPA”, de Paulo Paganoto Tinoco, Gustavo Afonso Santi Rossi e Guilherme Teixeira Portugal (UERJ), objetiva discutir como são materializadas as formas de remuneração das quatro maiores empresas estatais e quatro maiores empresas privadas do setor energético. Os resultados do estudo revelaram que, entre as diferenças encontradas estão uma proporção maior de remuneração aos executivos por meio de remuneração fixa nas empresas de controle estatal, enquanto nas companhias de controle privado observa-se um maior equilíbrio. Além disso, as companhias de controle privado remuneram um valor maior do que as companhias de controle estatal.

Aproveito a oportunidade para agradecer as valiosas contribuições dos avaliadores *ad hoc*. Da mesma maneira, agradeço o apoio recebido dos professores Claudio Parisi, Elionor Farah Jreige Weffort e Wilson Toshiro Nakamura, nossos Editores Associados das áreas de Contabilidade e Finanças, dos editores assistentes – Eduardo Bona Safe de Matos, Francisca Aparecida de Souza e Clesia Camilo Pereira –, bem como da equipe de apoio da revista.

Boa leitura e Boas festas!

Profa. Dra. Janann Joslin Medeiros  
Editora